

# CADERNO REIVINDICATIVO



Caderno reivindicativo - Propostas para 2024 - p. 2-5

Visto na imprensa em agosto - p. 6-9

Legislação de agosto - p. 10-11

Cultura e lazer / Protocolos - p. 12

# INFOQUADROS

SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

09/2023

# PROPOSTAS

## PARA 2024

### 1. INTRODUÇÃO

As organizações sindicais signatárias exercem o seu direito à negociação coletiva geral anual reconhecido no artigo 56.º da Constituição da República Portuguesa, no art. 7.º da Convenção n.º 151 da Organização Internacional de Trabalho, aprovada pela Lei n.º 17/80, de 15 de julho, e nos artigos 350.º e 351.º da Lei n.º 35/2014, de 15 de junho, com a apresentação do caderno reivindicativo com as medidas necessárias para a melhoria das condições de trabalho e de vida em 2024 para os trabalhadores da Administração Pública.

### 2. ENQUADRAMENTO

A economia portuguesa está perante um contexto internacional de elevada incerteza, tendo levado as instituições internacionais (CE; BCE; OCDE) a reverem em baixa o crescimento do PIB da área do euro, para se situar abaixo de 1% em 2023 e pouco acima deste valor em 2024. O contexto externo mais desfavorável e o efeito da política monetária restritiva (subida das taxas de juro dos empréstimos para famílias, empresas e Estado) a par de uma taxa de inflação ainda elevada vão ter impacto na economia portuguesa. O crescimento do PIB foi de 2,4% em termos homólogos no 1º semestre de 2023 (6,7% em 2022) e tudo leva a crer que, por motivos externos ao país, as novas previsões

deverão ser revistas em baixa para 2023 e 2024 face às realizadas em meados de 2023. Em junho último, o Banco de Portugal previu o crescimento do PIB para 2,7% e 2,4%, respetivamente, para 2023 e 2024.

Apesar da taxa de inflação estar a evoluir no sentido descendente (tendo atingido em Portugal o pico de 10,1% em outubro de 2022), esta tornou a aumentar para 3,7% em termos homólogos em agosto de 2023 (3,1% no mês anterior) causado sobretudo pela recente aceleração dos preços de energia (pressão em alta do preço do petróleo) refletindo-se em preços mais elevados nos combustíveis, gás e eletricidade e, nos transportes. Entretanto, os preços dos produtos alimentares aumentaram para 13,6%, em média, no conjunto dos 8 primeiros meses de 2023 (13% em 2022) apesar da isenção da taxa do IVA a partir de meados de abril e, ainda representam 23,4% acima do nível médio de preços de 2021. As rendas de habitação aumentaram para 4,8% em termos homólogos em agosto (o valor mais alto desde fevereiro de 2014) devido, sobretudo, aos novos arrendamentos.

Para 2024, prevê-se para Portugal uma desaceleração da taxa de inflação (índice harmonizado de preços no consumidor - IHPC) para 3,3% (previsões de junho do Banco de Portugal) que compara com 5,2% previsto para 2023.

Previsão da Taxa de Inflação (IHPC) para Portugal - 2023 e 2024 (Em %)

	2022	2023					2024				
	INE	MF	FMI	BP	CE	OCDE	MF	FMI	BP	CE	OCDE
IHPC (%)	8,1	5,1	5,6	5,2	5,1	5,7	2,9	3,1	3,3	2,7	3,3

Fontes: INE e respetivas instituições. O IHPC aumentou, em média, para 6,5%, até agosto de 2023 (7,1% no mesmo período de 2022) representando um abrandamento de 0,6 pontos percentuais.

#### 2.1. SALÁRIOS

No primeiro semestre de 2023, a remuneração bruta média mensal por trabalhador do sector público (de 2.053€) teve um aumento de 6,2% em

termos homólogos nominais (1,6% no 1º semestre de 2022), mantendo-se, no entanto, abaixo do sector privado (8,1% nos 6 primeiros meses de 2023), seguindo a tendência dos últimos anos.

**Quadro 1 - Remuneração bruta média mensal por trabalhador, em termos nominais**

	Total	Privado	Público	Total	Privado	Público
	Em euros			Variação Homóloga		
2014	1 173 €	1 055 €	<b>1 663 €</b>			
2015	1 178 €	1 059 €	<b>1 695 €</b>	0,5%	0,4%	<b>1,9%</b>
2016	1 195 €	1 074 €	<b>1 729 €</b>	1,5%	1,5%	<b>2,0%</b>
2017	1 215 €	1 097 €	<b>1 760 €</b>	1,7%	2,1%	<b>1,8%</b>
2018	1 240 €	1 124 €	<b>1 797 €</b>	2,1%	2,5%	<b>2,1%</b>
2019	1 276 €	1 160 €	<b>1 846 €</b>	2,9%	3,2%	<b>2,7%</b>
2020	1 316 €	1 194 €	<b>1 896 €</b>	3,1%	2,9%	<b>2,7%</b>
2021	1 360 €	1 244 €	<b>1 912 €</b>	3,4%	4,2%	<b>0,8%</b>
2022	1 410 €	1 300 €	<b>1 956 €</b>	3,7%	4,6%	<b>2,3%</b>
2022 - 2014	238 €	246 €	<b>293 €</b>	20,3%	23,3%	<b>17,6%</b>
1º sem 22	1 352 €	1 233 €	<b>1 932 €</b>	2,9%	3,9%	<b>1,6%</b>
1º sem 23	1 450 €	1 333 €	<b>2 053 €</b>	7,2%	8,1%	<b>6,2%</b>

Fonte: INE. Em 2015 e 2016, a variação homóloga da remuneração bruta média mensal por trabalhador da AP foi superior à do sector privado devido à reversão do corte salarial dos funcionários públicos durante o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro aplicado a Portugal entre 2011 e 2014.

Apesar do reforço do crescimento salarial na Administração Pública em 2023, proporcionado pelo Acordo plurianual de valorização das remunerações dos funcionários públicos estabelecido entre o Governo e os Sindicatos em outubro de 22, do qual fomos parte, o ganho real do poder de compra

recuperou para um crescimento contido, de 0,4% em termos homólogos na primeira metade de 2023 (-4,6% no período homólogo de 2022), em resultado da elevada inflação (média de 6,2%, no 1º semestre/23) (Quadros 1 e 2).

**Quadro 2 - Remuneração bruta média mensal por trabalhador, em termos reais**

	Total	Privado	Público	Total	Privado	Público
	Em euros			Variação Homóloga		
2015	1 163 €	1 045 €	<b>1 672 €</b>			
2016	1 173 €	1 054 €	<b>1 696 €</b>	0,8%	0,8%	<b>1,4%</b>
2017	1 176 €	1 061 €	<b>1 703 €</b>	0,3%	0,7%	<b>0,4%</b>
2018	1 188 €	1 077 €	<b>1 721 €</b>	1,1%	1,5%	<b>1,0%</b>
2019	1 218 €	1 108 €	<b>1 762 €</b>	2,5%	2,9%	<b>2,4%</b>
2020	1 256 €	1 140 €	<b>1 810 €</b>	3,1%	2,9%	<b>2,7%</b>
2021	1 282 €	1 172 €	<b>1 802 €</b>	2,1%	2,8%	<b>-0,4%</b>
2022	1 232 €	1 136 €	<b>1 707 €</b>	-4,0%	-3,1%	<b>-5,3%</b>
2022 - 2014	69 €	91 €	<b>35 €</b>	5,9%	8,7%	<b>2,1%</b>
1º sem 22	1 208 €	1 102 €	<b>1 722 €</b>	-3,2%	-2,2%	<b>-4,6%</b>
1º sem 23	1 222 €	1 123 €	<b>1 729 €</b>	1,2%	1,9%	<b>0,4%</b>

Fonte: INE. Deflacionado a janeiro de 2014.

Verifica-se, assim, uma ligeira recuperação do poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública com um aumento de 0,4% em termos homólogos do 1.º semestre de 2023. **No entanto, não podemos ignorar a perda acumulada do poder de compra em termos acumulados nos anos de 2021 e 2022, que ascende aos 5,7%.**

## 2.2. PENSÕES

Após a reposição do cálculo da fórmula do aumento das pensões a partir do 2º semestre de 2023, de acordo com a Lei nº 53-B de 29 de dezembro de 2006 e alterada pela Lei do OE-2017, todos os pensionistas apresentam uma recuperação do poder de compra em 2023 face aos anos anteriores; com exceção dos que possuem uma pensão superior a 12 IAS, que poderão registar uma quebra real de 5,2% (se a taxa de inflação se situar neste valor).

**Atualização Legal das Pensões para 2023 (IAS = € 480,43)**

Fórmula	Valor mensal da pensão	VH nominal
Igual ou > € 291,48 até 2 IAS	Igual ou > € 291,48 até € 960,86	8,40%
> 2 IAS até 6 IAS	> € 960,86 até € 2 882,58	8,06%
> 6 IAS até 12 IAS	> € 2 882,58 até € 5 765,16	7,46%
> 12 IAS	≥ € 5 765,16	0,0%

**Nota:** A variação homóloga corresponde ao 2º semestre de 2023 face ao final de 2022 devido à reversão da suspensão da fórmula de atualização das pensões ter sido feito a partir da segunda metade do ano (Portaria nº 172/2023, de 23 de junho).

Para 2024, de acordo com a fórmula legal de atualização das pensões e os cálculos feitos, o Indexante de apoios Sociais (IAS) poderá situar-se em 510,22€ (480,43€) representando um aumento de 6,2%.

Os aumentos das pensões variam entre:

- 6,2% até 2 IAS;
- 5,8% para pensões situadas acima de 2 IAS e até 6 IAS;
- 5,2% para valores acima de 6 IAS até 12 IAS.

**Se se considerar que a taxa de inflação seja de 3,3% em 2024 (conforme previu o Banco de Portugal em junho de 2023) então teremos um acréscimo real da pensão de 2,9% para o primeiro caso; de 2,5% para o 2º e de 1,9% para o 3º caso, representando um aumento do poder de compra da quase totalidade dos pensionistas.**

### 3. PROPOSTAS

#### Salários

O acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da administração pública, celebrado em outubro de 2022, prevê especificamente a necessidade da sua reavaliação "sempre que ocorra alteração substancial das condições relativas à definição das matérias e calendários associados".

Atendendo à conjuntura económica descrita e às previsões económicas para 2024, é essencial que ocorra esta revisão.

**É urgente garantir um efetivo aumento do poder de compra dos trabalhadores, pelo que, o aumento geral anual deverá ser sempre superior a 5%.**

#### Pensões

Manutenção do regime legalmente previsto, sem prejuízo da necessidade de posteriores alterações durante o ano de 2024, para acompanhar a evolução do cenário económico.

**Atualização do subsídio diário de refeição para € 7,5**, considerando o aumento exponencial do preço dos produtos alimentares.

**Atualização das ajudas de custos** para valores que acompanhem o aumento dos combustíveis e da hotelaria.

#### Revisão de Carreiras

Embora não ignoremos o trabalho feito ao longo do ano de 2023 é essencial acelerar o processo de revisão das carreiras não revistas e contribuir para uma efetiva valorização das mesmas.

A carreira **Técnica Superior** tem, também, que ser revista e valorizada tornando-a realmente atrativa, concedendo-lhe uma remuneração compatível com as funções que lhes são exigidas.

Rever carreiras permanece uma reivindicação justa dos trabalhadores para uma prestação de serviço público efetivo e de qualidade.

#### Avaliação do Desempenho

Não obstante a análise a decorrer em sede própria quanto ao projeto de revisão do regime do SIADAP, deverá sempre vir a estabelecer-se um sistema sem quotas.

Conexamente, deverá a progressão da carreira ocorrer sempre que o trabalhador reúna quatro pontos de avaliação, garantindo-se assim um efetivo direito à carreira.

## Teletrabalho

Importa que se resolvam as questões referentes à efetiva aplicação da legislação sobre teletrabalho à Administração Pública, bem como a revisão do valor apresentado para a compensação das despesas inerentes à prestação do trabalho não presencial.

## Pagamento do trabalho suplementar

Acompanhando a alteração já feita no Código do Trabalho, em consequência da aprovação da Agenda para o Trabalho Digno, devem ser alteradas a percentagens atualmente previstas no art. 162.º do Código do Trabalho.

**Diminuição da taxa de desconto para a ADSE para 2,5% e apenas por 12 meses** para fazer face ao aumento recente dos custos com o regime convencionado suportados pelos beneficiários.

**Reposição dos 25 dias de férias** adotando solução semelhante à que vigora em organizações internacionais, e que vigorou na Administração Pública a partir de 1 janeiro de 1996, decorrente do compromisso em sede de acordo salarial em 1996, assinado a 10 de janeiro.

**No âmbito das sugestões fiscais e outras:**

**Os apoios excepcionais e temporários devem ser concedidos prioritariamente às famílias mais vulneráveis e que se encontram com dificuldades acrescidas, devido à manutenção de um nível**

**elevado dos preços de bens essenciais (nomeadamente dos bens alimentares), da aceleração das rendas de habitação e das taxas de juro elevadas.**

**Sugere-se que a isenção da taxa do IVA para o cabaz de um conjunto de produtos alimentares (medida implementada em meados de abril de 2023 e que se vai prolongar até ao final do ano) continue a existir, pelo menos até ao final do 1º semestre de 2024.** Esta medida justifica-se pela atual situação de equilíbrio das finanças públicas e de elevada arrecadação de receitas fiscais do Estado, impulsionado por um crescimento moderado da economia portuguesa e do emprego provocado essencialmente pelo turismo e pela elevada inflação. Por outro lado, esta medida atinge especialmente as famílias mais vulneráveis, atenuando a deterioração da sua situação financeira.

As principais alterações fiscais em termos de IRS consagradas em 2023 permitiram algum alívio fiscal nas famílias e incidiram sobre:

- A atualização anual dos 9 escalões do IRS em 5,1%;
- A descida da taxa marginal do 2º escalão (de 23% para 21%);
- A reformulação das regras do mínimo de existência que beneficiou os rendimentos mais baixos dos trabalhadores e pensionistas;
- A alteração da metodologia de retenção na fonte.

**Escalões do IRS em 2023 (artº 68º do Código do IRS)**

Rendimento Bruto Anual (€)	Rendimento Coletável Anual (€)	Taxas (%)	
		Normal (A)	Média(B)
Até 11583	Até 7479	14,5	14,500
>11583 até 15388	>7479 até 11284	21,0	16,692
>15388 até 20096	>11284 até 15992	26,5	19,579
>20096 até 24804	>15992 até 20700	28,5	21,608
>23804 até 30459	>20700 até 26355	35,0	24,482
>30459 até 42736	>26355 até 38632	37,0	28,460
>42736 até 54587	>38632 até 50483	43,5	31,991
>54587 até 82938	>50483 até 78834	45,0	36,669
>82938	>78834	48,0	-

Para 2024, sugere-se uma atualização dos escalões do IRS em torno de 3,3%, em linha com a taxa de inflação prevista pelo Banco de Portugal para esse ano.

**Sugere-se, também, o aumento da dedução específica em sede do IRS em 2024 (que permanece em 4.104€ desde 2010) que permitiria diminuir o rendimento coletável (sujeito a imposto) e pagar menos IRS, com vista a aliviar**

**a carga fiscal da classe média, demasiado elevada para os rendimentos do trabalho.** Não podemos esquecer que o valor desta dedução (0,72\*475€\*12) assentava no salário mínimo de 2010 (475€), permanecendo neste valor até atingir o valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS). Ora, os 475€ já estão abaixo do IAS desde 2023, portanto está na altura de alterar o valor da fórmula de cálculo da dedução específica.



## Visto na imprensa em agosto

**1810 M** - Estado com excedente orçamental de €1810 milhões até junho

A receita pública cresceu 7,7% à boleia do crescimento no IRS e das contribuições sociais, ajudando o Estado a ter um excedente orçamental de 1810 milhões de euros no primeiro semestre

<https://expresso.pt/economia/contas-publicas/2023-07-31-Estado-com-excedente-orcamental-de-1810-milhoes-ate-junho-5eee9789>



- Excedente de Medina mais perto do fim, emprego resiste, desemprego já espreita

Economia cresceu 2,3% no segundo trimestre, em termos homólogos, mas estagnou face ao primeiro. Ambos são os piores registos desde a pior fase da pandemia. Inflação alivia, mas fadiga económica devido a agravamento dos juros prejudica a receita.

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/excedente-de-medina-mais-perto-do-fim-emprego-resiste-desemprego-ja-espreita-16785906.html>



- Quase 80% das cativações do Orçamento deste ano permaneciam bloqueadas em maio

O ano 2023 arrancou com 1242,1 milhões de euros de despesas cativadas, o montante mais elevado desde 2019. E até maio quase 80% permaneciam bloqueados, o que compara com perto de 90% na mesma altura de 2022

<https://expresso.pt/economia/contas-publicas/2023-08-02-Quase-80-das-cativacoes-do-Orcamento-deste-ano-permaneciam-bloqueadas-em-maio-b03805b2>



- 44% da geração Z e 31% dos millennials têm dois empregos

Mais de metade dos profissionais em Portugal temem não conseguir pagar despesas, conclui estudo da Deloitte

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2649/html/economia/emprego/44-da-geracao-z-e-31-dos-millennials-tem-dois-empregos>



- Cursos de Tecnologias e Engenharia estão entre os que garantem melhores salários em início de carreira. Mas a maioria dos jovens em Portugal ganha menos de €1000

Há salários de €4000 em início de carreira? Há, mas são poucos

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2649/html/economia/emprego/ha-salarios-de-4000-em-inicio-de-carreira--ha-mas-sao-poucos>



- 16% dos deputados desempenham mais de cinco cargos

No registo de interesses, os deputados comunicam os cargos e funções que desempenham e alguns contabilizam mais de cinco posições. A maioria diz respeito a funções dentro do partido e não remuneradas.

<https://eco.sapo.pt/2023/08/07/16-dos-deputados-desempenham-mais-de-cinco-cargos/>



### - Japão: Funcionários públicos em vias de ter maior aumento salarial em mais de 20 anos

Proposta prevê uma revisão em alta da média salarial dos funcionários públicos na ordem dos 2,7% no atual ano fiscal. Um valor que inclui uma subida do vencimento base de 0,96%, a maior registada em 26 anos.

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/emprego/detalhe/japao-funcionarios-publicos-em-vias-de-ter-maior-aumento-salarial-em-mais-de-20-anos>



### - Desigualdade aumentou com escalões de IRS de 2018

A conclusão é do Ministério das Finanças e é publicada num momento em que o Governo se prepara para apresentar novas medidas de desagravamento no OE2024. O desdobramento de escalões de há cinco anos deu mais a quem ganha mais, que passou a captar maior fatia do rendimento líquido.

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/impostos/detalhe/desigualdade-aumentou-com-escaloes-de-irs-de-2018>

ATENDIMENTO POR MARCAÇÃO

### - Finanças só estão a atender contribuintes com marcação prévia. Ordem dos Advogados e contabilistas protestam

A notícia avançada pelo Jornal de Notícias dá conta que as indicações foram dadas às repartições de Finanças pelos serviços centrais da Autoridade Tributária.

<https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/financas-so-estao-a-atender-contribuintes-com-marcacao-previa-ordem-dos-advogados-e-contabilistas-protestam>



### - Pré-avisos de greve comunicados

### no primeiro semestre aumentam mais de 90%

Durante os primeiros seis meses deste ano, foram comunicados à Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) 575 pré-avisos de greve.

<https://www.publico.pt/2023/08/08/politica/noticia/preavisos-greve-comunicados-semester-aumentam-90-2059664>



### - Saúde privada tem posição dominante no interior do país

Em 133 concelhos, população tem acesso a cuidados de saúde hospitalares em mercados substancialmente concentrados, conclui estudo da Entidade Reguladora da Saúde.

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/nacional/saude-privada-tem-posicao-dominate-no-interior-do-pais-16830927.html>



### - IPMA arrisca multa até 18 360 euros por nomeação abusiva de dirigentes sem concurso

Auditoria do Tribunal de Contas ao exercício de 2019 detetou ainda ajustes diretos ilegais e uma dívida de quase oito milhões que ameaça banir o instituto do organismo internacional para a exploração de satélites meteorológicos.

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/nacional/ipma-arrisca-multa-ate-18-360-euros-por-nomeacao-abusiva-de-dirigentes-sem-concurso-16827562.html>

**31**

### - Segurança Social está a demorar mais 31 dias a aprovar pensões

O aumento dos processos acumulados está a pesar no tempo de espera para o pagamento das pensões. Pensão de velhice é a que mais demora, com 31 dias de espera.

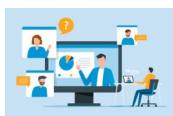
<https://eco.sapo.pt/2023/08/09/seguranca-social-esta-a-demorar-mais-31-dias-a-aprovar-pensoes/>



**- Brilharete no emprego é à custa dos pouco qualificados e precários e compensa razia nos licenciados**

INE. Taxa de desemprego baixa para 6,1% com o verão à porta, mas número de desempregados aumenta quase 9% num ano. Os pouco ou nada qualificados lideram criação de emprego em Portugal. Salário médio líquido nacional continua praticamente estagnado.

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/brilharete-no-emprego-e-a-custa-de-pouco-qualificados-e-precarios-apesar-da-razia-nos-licenciados-16834685.html>



**- Cerca de 20% dos portugueses já teletrabalha**

Das mais de 900 mil pessoas que no segundo trimestre disseram ter trabalhado, algum dia, em casa, 232,9 mil trabalharam "fora do seu horário de trabalho".

<https://eco.sapo.pt/2023/08/10/cerca-de-20-dos-portugueses-ja-teletrabalha/>

## PRECÁRIOS

**- Contratos de trabalho precários registam subida recorde em Portugal**

No segundo trimestre deste ano, 17,8% dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal tinham um contrato precário, contra os 16,1% registados há um ano. Duplo emprego também bateu um novo máximo.

<https://eco.sapo.pt/2023/08/10/contratos-de-trabalho-precarios-registam-subida-recorde-em-portugal/>



**- Inflação penaliza salários da energia e agricultura**

Trabalhadores destes setores com perdas de poder de compra de até 4,3%. Ordenados do turismo e consultoria recuperam.

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/nacional/inflacao-penaliza-salarios-da-energia-e-agricultura->

[16840309.html](https://www.dinheirovivo.pt/economia/nacional/tempo-medio-para-aprovar-pensoes-de-velhice-cai-para-23-dias-16839617.html)

**23**

**- Tempo médio para aprovar pensões de velhice cai para 23 dias**

No ano passado, a Segurança Social demorou menos de dois meses ou 54 dias a atribuir novas reformas, uma diminuição de 40 dias face a 2021 e de 56 dias relativamente a 2020.

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/nacional/tempo-medio-para-aprovar-pensoes-de-velhice-cai-para-23-dias-16839617.html>



**- Brilharete no emprego é à custa dos pouco qualificados e precários e compensa razia nos licenciados**

INE. Taxa de desemprego baixa para 6,1% com o verão à porta, mas número de desempregados aumenta quase 9% num ano. Os pouco ou nada qualificados lideram criação de emprego em Portugal. Salário médio líquido nacional continua praticamente estagnado.

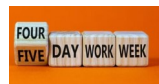
<https://www.dinheirovivo.pt/economia/brilharete-no-emprego-e-a-custa-de-pouco-qualificados-e-precarios-apesar-da-razia-nos-licenciados-16834685.html>



**- Função Pública europeia com perda real de 2,5% até 2025**

A evolução projetada pelo BCE, com base nos planos dos governos e nas regras existentes, será insuficiente para compensar escalada da inflação desde 2022. Peso da fatura salarial no PIB também encolhe.

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/funcao-publica/detalhe/funcao-publica-europeia-com-perda-real-de-25-ate-2025>



**- Projecto-piloto da semana de quatro dias já fez dois meses. Secretário de Estado do Trabalho diz como está a correr. Produtividade, custos médios e bem-estar dos colaboradores vão ser avaliados**



O projecto-piloto da semana de quatro dias ainda só tem dois meses, mas segundo o secretário de Estado do Trabalho o balanço da iniciativa é positivo, afirmando ter indicações de que trabalhadores e organizações estão satisfeitos.



**Teletrabalho resiste quase tão forte quanto na pandemia**

Não fosse um recuo nas atividades do setor público, o teletrabalho teria hoje a mesma força do que na primavera de 2020. Quase um quinto estava em casa no 2.º trimestre.

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/emprego/mercado-de-trabalho/detalhe/teletrabalho-resiste-quase-tao-forte-quanto-na-pandemia>



**Salário médio no Estado com perda real acumulada de 61 euros por mês**

Em janeiro, a inflação tirou 51 euros aos ordenados, a que se soma a erosão de 9,94 euros de abril. Vencimento médio de 1637,7 euros deveria ter subido para 1698,64 euros.

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/nacional/salario-medio-no-estado-com-perda-real-acumulada-de-61-euros-por-mes-16859883.html>



**Apenas 30% das famílias veem melhoria nas finanças em 2024**

Maioria das famílias continua a antever que 2024 seja igual ou pior ao atual, mas um terço estão otimistas. Subida dos juros preocupa e há cerca de 60% dos portugueses a sentirem o impacto no orçamento e a cortarem despesas.

<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/apenas-30-das-familias-veem-melhoria-nas-financas-em-2024>



**A desigualdade voltou a disparar. Retrato no Oeste por entre golfe e barracas**

A região centro concentra maior nível de desigualdade, de acordo com o relatório Portugal, Balanço Social. Numa fracção desse extenso território, às portas de Lisboa, disparam os alarmes sociais.

<https://www.publico.pt/2023/06/24/sociedade/noticia/desigualdade-voltou-disparar-retrato-oeste-golf-barracas-2054387>



**Saídas do Estado por aposentação disparam para níveis da era troika**

No primeiro semestre, reformaram-se 7428 trabalhadores, o que indica que, até ao final do ano, deverão sair cerca de 15 mil, valor que remonta ao período do resgate financeiro

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/saidas-do-estado-por-aposentacao-disparam-para-niveis-da-era-troika-16868810.html>



**Governação de Costa já arrecadou 100,8 mil milhões de euros em IRS**

Entre 2016 e junho de 2023, cada contribuinte pagou mais de 18 mil euros de imposto. Em 2024, Medina promete aliviar a carga fiscal em 524 milhões de euros

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/governacao-de-costa-ja-arrecadou-1008-mil-milhoes-de-euros-em-irs-16869255.html>



**Rendimento médio real baixou 3,5% enquanto receita fiscal cresceu 6% no ano passado?**

**Verdadeiro.** De acordo com uma recente publicação na página da organização "+Liberdade", fundada por Carlos Guimarães Pinto do Iniciativa Liberal, "em 2022, excluindo inflação, o rendimento médio baixou 3,5% mas a receita fiscal cresceu 6%" em Portugal.

<https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/rendimento-medio-real-baixou-35-enquanto-receita-fiscal-cresceu-6-no-ano-passado>



# LEGISLAÇÃO - AGOSTO 2023

## Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2023, de 8 de agosto

### **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Aprova uma programação plurianual de despesa no âmbito de investimentos abrangidos pela reprogramação do Plano de Recuperação e Resiliência

## Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, de 14 de agosto

### **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Aprova os Planos de Ação no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual, para o período de 2023-2026

## Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2023, de 16 de agosto

### **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Aprova o Plano Nacional de Saúde 2030

## Lei Orgânica n.º 1/2023, de 17 de agosto

### **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Aprova a Lei de Programação Militar

## Lei n.º 38/2023, de 2 de agosto

### **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Lei das Grandes Opções para 2023-2026

## Lei n.º 41/2023, de 10 de agosto

### **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Consagra o estatuto de apátrida, alterando a [Lei n.º 23/2007](#), de 4 de julho, e a [Lei n.º 27/2008](#), de 30 de junho

## Lei n.º 42/2023, de 10 de agosto

### **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Transposição das Diretivas (UE) [2022/211](#) e (UE) [2022/228](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro, relativas a matéria de proteção de dados pessoais

## Lei n.º 43/2023, de 14 de agosto

### **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Composição, organização e funcionamento do Conselho para a Ação Climática

## Lei n.º 44/2023, de 14 de agosto

### **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Alteração da [Lei n.º 43/2006](#), de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia

## Lei n.º 45/2023, de 17 de agosto

### **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Reforça a proteção das vítimas de crimes contra a liberdade sexual, alterando o Código Penal, a [Lei n.º 34/2004](#), de 29 de julho, e o Estatuto da Vítima

## Lei n.º 47/2023, de 21 de agosto

### **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, alterando a [Lei n.º 66-A/2007](#), de 11 de dezembro

## Lei n.º 48/2023

### **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, de 22 de agosto**

Estabelece o regime específico relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais e revoga a [Lei n.º 27/2011](#), de 16 de junho

## Decreto-Lei n.º 65/2023, de 7 de agosto

### **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Procede à prorrogação do regime remuneratório aplicável à prestação de trabalho suplementar por médicos nos serviços de urgência e altera o regime jurídico dos estabelecimentos de cuidados de saúde

## Decreto-Lei n.º 66/2023, de 8 de agosto

### **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Procede à execução de regulamentos relativos a serviços financeiros e à transposição parcial da [Diretiva \(UE\) 2021/2118](#), relativa ao seguro de responsabilidade civil da circulação de veículos automóveis

## Decreto-Lei n.º 67/2023, de 8 de agosto

### **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Altera os Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa

## Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de julho

### **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Define uma medida especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público

## Portaria n.º 248-A/2023, de 1 de agosto

### **CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**

Aprova o Regulamento do Concurso dos Regimes Especiais de Acesso e Ingresso no Ensino Superior

## Portaria n.º 249/2023, de 2 de agosto

### **CULTURA**

Estabelece a quota mínima obrigatória de 30 % de música portuguesa na programação musical dos serviços de programas de radiodifusão sonora

## Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto

### **HABITAÇÃO**

Aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias

**Portaria n.º 262/2023, de 17 de agosto****FINANÇAS, EDUCAÇÃO E COESÃO TERRITORIAL**

Altera a [Portaria n.º 10/2023](#), de 4 de janeiro, que determina a fórmula de cálculo das transferências financeiras do Fundo de Financiamento da Descentralização para o exercício, pelos órgãos das autarquias locais, da competência relativa ao financiamento das despesas com a aquisição de equipamentos utilizados para a realização das atividades educativas

**Portaria n.º 263/2023, de 17 de agosto****SAÚDE**

Procede à sétima alteração à [Portaria n.º 224/2015](#), de 27 de julho, que estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição e dispensa de medicamentos e produtos de saúde e define as obrigações de informação a prestar aos utentes

**Portaria n.º 264/2023, de 17 de agosto****SAÚDE**

Estabelece o modelo de funcionamento da Campanha de Vacinação Sazonal do Outono-Inverno 2023-2024 contra a gripe e contra a COVID-19 em farmácias comunitárias

**Portaria n.º 270/2023, de 29 de agosto****FINANÇAS E AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA**

Procede à segunda alteração à [Portaria n.º 331-E/2021](#), de 31 de dezembro, que regulamenta a contribuição sobre as embalagens de utilização única de plástico ou alumínio, ou multimaterial com plástico ou com alumínio, a serem adquiridas em refeições prontas a consumir

**Portaria n.º 272/2023, de 30 de agosto****JUSTIÇA**

Procede à segunda alteração à [Portaria n.º 54/2011](#), de 28 de janeiro, que cria o serviço de disponibilização online de informação não certificada, existente sobre a descrição do prédio e a identificação do proprietário, designado por informação predial simplificada

**Declaração de Retificação n.º 18/2023, de 16 de agosto****PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - SECRETARIA-GERAL**

Retifica o [Decreto-Lei n.º 54/2023](#), de 14 de julho, que procede à alteração das normas de execução do Orçamento do Estado para 2023

**Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 33/2023/A, de 9 de agosto****REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2021

**Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 37/2023/A, de 9 de agosto****REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA****LEGISLATIVA**

1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023

**Decreto Legislativo Regional n.º 33/2023/M, de 1 de agosto****REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Altera o Código Fiscal do Investimento na Região Autónoma da Madeira, aprovado em anexo ao [Decreto Legislativo Regional n.º 24/2016/M](#), de 28 de junho, na redação atual, adaptando à Região as alterações introduzidas no Código Fiscal de Investimento pela [Lei n.º 24-D/2022](#), de 30 de dezembro, e pela [Lei n.º 21/2023](#), de 25 de maio

**Decreto Legislativo Regional n.º 35/2023/M, de 2 de agosto****REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Aplica medidas de valorização remuneratória decorrentes do [Decreto-Lei n.º 84-F/2022](#), de 16 de dezembro, aos funcionários parlamentares da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e altera, em conformidade, o [Decreto Legislativo Regional n.º 24/89/M](#), de 7 de setembro, que estabelece a estrutura orgânica da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

**Decreto Legislativo Regional n.º 39/2023/M, de 3 de agosto****REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Terceira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M](#), de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira

**Decreto Legislativo Regional n.º 40/2023/M, de 3 de agosto****REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Cria as regras excecionais para a avaliação do desempenho dos profissionais pertencentes às carreiras dos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, referente aos triénios de 2018/2019/2020 e de 2021/2022/2023, com a atribuição de 5,5 pontos em cada um dos triénios referidos, em exercício de funções na Região Autónoma da Madeira, com período mínimo de serviço efetivo equivalente a dois terços e um dia do ciclo avaliativo

**Declaração n.º 1/2023/M, de 30 de agosto****REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Publicação de mapas da conta de 2021 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

## MUSEU DAS MARIONETAS DO PORTO



**MARIONETASdoPORTO**

Os associados poderão visitar o **Museu** na qualidade de Parceiro, com o valor de 2 € por pessoa, bastando a apresentação do cartão ou declaração do STE que comprove a qualidade de sócio.

**MARIONETAS do PORTO – Sede**

Rua de Belomonte, 57 4050-097 Porto | tel. +351 222 083 341 |  
email: [teatro@marionetasdoporto.pt](mailto:teatro@marionetasdoporto.pt)

**MUSEU das MARIONETAS do PORTO** | Rua de Belomonte, 61  
4050-097 Porto | tel. +351 220 108 224 | email: [mu-seu@marionetasdoporto.pt](mailto:mu-seu@marionetasdoporto.pt) | [www.marionetasdoporto.pt](http://www.marionetasdoporto.pt)



## PROTOSCOLOS

### FUNDAÇÃO MINERVA - Universidade Lusíada

Redução de 10% do valor das propinas mensais relativas a qualquer dos cursos de licenciatura, mestrado, doutoramento, pós-graduação, especialização e similares ministrados na Universidade Lusíada (Lisboa, Porto e de Vila Nova de Famalicão).

Consulte na nossa página: <https://www.ste.pt/sindicato/protocolos-ste/>



### MAIEUTICA - COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR (MAIA)

Os sócios, funcionários, filhos e cônjuges poderão beneficiar de:

- 10% de desconto no valor das prestações da propina anual (o pagamento tem de ser feito até ao limite do prazo do mês a que disser respeito, sem efeitos retroativos)
- 12% de desconto no valor das prestações da propina anual, sempre que o aluno tenha estado matriculado no ISMAI ou IPMAI, no ano letivo anterior, na totalidade dos créditos ECTS e tenha obtido aprovação em todos eles com média final global igual ou superior a 15 valores, sempre a requerimento do interessado.

Consulte: <https://www.ste.pt/sindicato/protocolos-ste/>



**MAIEUTICA**

Cooperativa de Ensino Superior, C.R.L.

Lisboa - Sede  
Campo Grande, 382 C  
3ºD  
1700-097 Lisboa  
Tel.: 213 860 055  
(3 linhas)  
Tel. Móvel: 961724106/  
961880239/963773017  
Fax: 213 860 785  
ste@ste.pt  
Horário de atendimento:  
2ª a 6ª - 9:00-20:00  
Sec. Regional do Porto  
R. Fernandes Tomás, 424,  
5.º andar - Sala 12  
4000-210 Porto  
Tel./Fax: 222 004 630  
Tel. Móvel: 938648672  
porto@ste.pt  
Horário de atendimento:  
2ª, 4ª e 6ª - 10:00-18:00  
3ª e 5ª - 11:00-19:00  
Sec. Regional de Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães,  
676, 3º andar - Sala 3  
3000-174 Coimbra  
Telef.: 239 838 176  
Fax: 239 825 186  
Tel. Móvel: 925783119  
coimbra@ste.pt  
Horário de atendimento:  
2ª a 6ª - 14:00-19:00  
Sec. Regional de Évora  
Alcárcova de Baixo, 54  
Sala B  
7000-841 Évora  
Tel.e Fax: 266 744 771  
evora@ste.pt  
Sec. Regional do Algarve  
Ed. Ninho de Empresas  
Piso 2, Gab. 13  
Estrada da Penha  
8000-489 Faro  
Tel. Móvel:  
925494067/925494065  
algarve@ste.pt  
Sec. Regional da Guarda  
R. Alm. Gago Coutinho,  
10, 1º - Centro Dto. Fte.  
6300-Guarda  
guarda@ste.pt  
Tel. Móvel: 961724137  
Sec. Regional de Viseu  
R. do Gonçalvesinho, 53  
Sala 6  
3500-137 Viseu  
viseu@ste.pt  
Tel. Móvel: 961879731  
Sec. Regional dos Açores  
R. do Rego, 24 - 1º andar  
9700-161 Angra do  
Heroísmo  
Tel.e Fax: 295 217 079  
acores@ste.pt  
Sec. Regional da Madeira  
R. Câmara Pestana, 6  
1º andar - Sala D  
9000-043 Funchal  
Tel. Móvel:  
925494067/925494065  
madeira@ste.pt

Diretora  
Rosa Sousa